ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2026
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Alex Brasil – Altair Silva - Ana Campagnolo – Berlanda - Camilo Martins – Carolline Sardá - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Fernando Krelling – Jerry Comper - Jessé Lopes – Julio Garcia - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira – Mário Motta - Maurício Eskudlark – Maurício Peixer - Mauro De Nadal – Napoleão Bernardes - Neodi Saretta – Oscar Gutz – Padre Pedro Baldissera - Pepê Collaço - Rodrigo Minotto - Sargento Lima - Sérgio Guimarães – Sergio Motta - Tiago Zilli – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Julio Garcia
Deputada Ana Campagnolo

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

****

Breves Comunicações

DEPUTADO MÁRIO MOTTA (Orador) – Mencionou as projeções do IBGE que em 2029 o Brasil terá, pela primeira vez, mais pessoas com 60 anos ou mais do que crianças e jovens de até 14 anos.

Destacou a transcorrência do Dia Nacional da Pessoa Idosa, celebrado em 1º de outubro, lembrou que a data coincide com o Dia Internacional das Pessoas Idosas, instituído pela ONU em 1990, e com a sanção do Estatuto da Pessoa Idosa no Brasil, em 2003, oficializado por lei federal em 2006. Ressaltou que a população merece envelhecer com saúde, segurança, autonomia e respeito, afirmando

que envelhecer é uma conquista, mas envelhecer com dignidade precisa ser uma garantia.

Informou que, desde 2023, acompanha a aplicação dos recursos do Fundo Estadual do Idoso – FEI, e que já apresentou três pedidos de informação para buscar maior eficiência na gestão desses recursos. Mencionou que, embora a execução orçamentária do FEI tenha aumentado de 30,3% em 2024 para 39,4% em 2025, o Tribunal de Contas do Estado apontou uma deficiência importante: a ausência de um diagnóstico estadual abrangente sobre a realidade da população idosa. Refletiu como planejar políticas públicas eficientes sem dados confiáveis.

Lembrou que a Lei Estadual nº 11.436/2000 estabelece a responsabilidade do Estado em apoiar o Conselho Estadual do Idoso na elaboração desse diagnóstico, uma obrigação prevista em lei há mais de 26 anos. Anunciou o encaminhamento de um novo pedido de informação à Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família para verificar se o diagnóstico já foi realizado, quais dados estão disponíveis sobre vulnerabilidade social e demanda por atendimento, além dos critérios de priorização dos municípios.

Citou um ensinamento do Papa Francisco sobre o respeito à memória dos idosos e reiterou a responsabilidade coletiva de garantir um envelhecimento digno. *[Taquigrafia: Ana Charlene]*

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Abordou a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho de Santa Catarina, destacando que o trabalho proporciona renda, independência, convivência social e autonomia. Ressaltou que, apesar de muitas pessoas com deficiência possuírem capacidade para estudar, trabalhar, empreender e liderar, elas ainda enfrentam preconceito e a equivocada associação entre deficiência e incapacidade.

Como exemplo de avanço, mencionou que, em 2015, cerca de 13.500 pessoas com deficiência trabalhavam em empresas sujeitas à lei de cotas em Santa Catarina, o que correspondia a pouco mais de

35% das vagas previstas. Diante desse cenário, o Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho, a Assembleia Legislativa e outras instituições passaram a atuar conjuntamente.

Nesse contexto, destacou a realização, em 2015, do primeiro Dia D, em Florianópolis, iniciativa que aproximou empresas e trabalhadores e possibilitou que centenas de pessoas conquistassem o primeiro emprego. A experiência demonstrou que o principal obstáculo não era a capacidade dos trabalhadores, mas a ausência de oportunidades. No ano seguinte, a iniciativa foi ampliada e deu origem à Semana Inclusiva de Santa Catarina, que passou a envolver diferentes regiões, instituições públicas, entidades sociais, universidades, organizações de formação profissional e empresas.

O parlamentar reconheceu a atuação da auditora fiscal Luciana Xavier Sans de Carvalho, da Superintendência Regional do Trabalho, bem como do Ministério Público do Trabalho e dos demais parceiros envolvidos na consolidação da iniciativa. Segundo os dados apresentados, o número de trabalhadores com deficiência empregados no estado passou de aproximadamente 13.500, em 2015, para mais de 37 mil, em 2025. No mesmo período, o cumprimento das cotas aumentou de 35,7% para 65,4%, índice superior à média nacional de 58,5%. Uma atualização mais recente apontou a existência de 38.060 pessoas com deficiência trabalhando efetivamente em Santa Catarina.

Apesar dos avanços, salientou que ainda seria necessário preencher aproximadamente 20 mil vagas para que a legislação de cotas fosse integralmente cumprida. Lembrou que a Lei Federal nº 8.213/1991, que completou 35 anos em 2026, determina que empresas com cem ou mais empregados reservem de 2% a 5% de seus cargos para pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados do INSS. Reforçou, entretanto, que a existência da lei não é suficiente, sendo indispensáveis a fiscalização, o cumprimento das normas e a conscientização dos empregadores de que a inclusão não constitui favor ou caridade, mas garantia de autonomia e

oportunidade profissional. Também foram mencionadas as barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais que ainda dificultam o acesso e a permanência das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Por essa razão, o Deputado defendeu a continuidade da Semana Inclusiva.

Ao final, afirmou que a Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa continuaria apoiando a iniciativa. Defendeu uma mudança na forma de compreender a deficiência: em vez de questionar se uma pessoa é capaz, seria necessário identificar quais condições e oportunidades permitiriam que ela demonstrasse seu potencial. Concluiu ressaltando a importância de ampliar oportunidades, remover barreiras e assegurar que a inclusão das pessoas com deficiência se transforme efetivamente em realidade em Santa Catarina. *[Taquigrafia: Yasmim]*

DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER (Orador) - Agradeceu a todos que depositaram sua fé e confiança no seu trabalho, conferindo-lhe 44.158 votos (o dobro da votação anterior). Disse que é um reconhecimento gratificante, fruto de muito trabalho e proximidade com a população, especialmente na região Norte do estado.

Comentou que este é o seu nono mandato consecutivo: dois como deputado estadual e sete como vereador em Joinville. Agradeceu imensamente aos eleitores de Joinville, Rio Negrinho e Guaramirim, bem como de todos os outros municípios que apoiaram. Mencionou que procura adaptar-se aos novos tempos, especialmente ao uso das redes sociais, mantendo sempre a seriedade, o trabalho árduo e o compromisso de não fazer promessas vãs.

Falou do cenário político pós-domingo e que não se pode conformar. Vivemos em uma democracia que deve estar acima de tudo. Disse que não se trata de 'choro de perdedor', mas de uma análise da realidade. Mencionou que jamais viu, em sua trajetória política, a mudança das regras do jogo durante a partida, como a prorrogação do horário de votação por uma justificativa de transporte que

não se sustentou. Além disso, estranhou a inversão de resultados entre o primeiro e o segundo turno em grandes estados.

Salientou que Santa Catarina é um estado de trabalhadores, contribui significativamente para o Brasil, recebendo em retorno apenas uma fração do que arrecado e é preocupante ver a dependência de auxílios governamentais em outras regiões, que acaba influenciando o desfecho eleitoral. Afirmou que é conservador, lutou contra o aborto e contra a ideologia de gênero, e continuará combatendo o que considero injusto. Considerou o uso da máquina pública, como o aumento do Bolsa Família no período eleitoral, sem a devida sanção da justiça, algo inaceitável. Finalizou que seguirá, na tribuna, defendendo a verdade e lutando por justiça para o povo catarinense. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADA CAROLLINE SARDÁ (Oradora) – Fez uso da tribuna para destacar a noite que o Brasil vai contar para as próximas gerações e que ficou para a história. No domingo, o povo brasileiro fez o que nunca tinha feito antes: pela primeira vez desde a redemocratização, quem saiu do primeiro turno em segundo lugar virou o jogo e venceu as eleições. Mais de 64 milhões de brasileiras e brasileiros reconduziram o candidato Luiz Inácio da Silva, um operário nordestino, retirante, que perdeu inclusive seu dedo numa prensa numa fábrica e que agora chega ao seu quarto mandato. Classificou como uma vitória de toda a classe trabalhadora, da juventude, dos idosos e de toda a minoria que não aceitou se rebaixar e que lutou para não desistir e não recuar nenhum direito.

A Deputada ressaltou a presença da esquerda e dos eleitores que resistiram às pressões familiares patronais no estado de Santa Catarina. Relatou episódios de violência pós-eleitoral (como o atropelamento de um jovem no bairro Ingleses, Florianópolis, por uma viatura) e condenou o uso de "listas de boicote" contra trabalhadores e comerciantes.

Fez menção à Constituição Federal para dizer que rejeita propostas separatistas em Santa Catarina, lembrando que a Carta Magna estabelece a união indissolúvel dos estados e que a separação é inconstitucional (cláusula pétrea).

Por fim, criticou a falta de estrutura nas delegacias de proteção à mulher e reafirmou o compromisso com a soberania nacional, a democracia e os direitos trabalhistas. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) – Focou na preocupação com a economia catarinense e a necessidade de preservar a competitividade do Estado diante de desafios federais. Destacou a saída de 278 empresas para o Paraguai no último ano devido a condições fiscais mais atrativas (*Lei Maquila*), o que, segundo ele, gera impactos negativos no mercado de trabalho catarinense. O parlamentar criticou o atual pacto federativo, argumentando que Santa Catarina envia muito mais recursos a Brasília do que recebe de volta, comparando a disparidade com outros estados. Defendeu que a responsabilidade fiscal de Santa Catarina permite incentivos que tornam o Estado um destaque nacional em empreendedorismo, e que essa capacidade está sob ameaça com a nova reforma tributária. Manifestou preocupação com propostas de segurança pública que possam centralizar políticas ineficientes de outros estados e aplicá-las em Santa Catarina, reforçando a necessidade de manter a autonomia das forças policiais locais.

Em sua conclusão, ressaltou que não há motivos para se comemorar e faz um apelo para que o debate político seja pautado pela realidade e pelo trabalho, criticando aqueles que, na sua visão, torcem pela tragédia ou defendem políticas que prejudicam o desenvolvimento do Estado e a economia das famílias catarinenses. *[Taquígrafa: Rubia]*

****

Partidos Políticos

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Presidente) – Não havendo oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) – Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

****

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei números: 0143/2026, 0177/2026 e 0203/2026.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0408/2026, de autoria do Governador do Estado, que altera o art. 3º da Lei nº 18.589, de 2023, que autoriza a doação de imóvel no Município de Florianópolis e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0409/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Tubarão e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0456/2026, de autoria do Deputado Lucas Neves, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pais e Amigos dos Autistas de Tangará, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0523/2026, de autoria do Deputado Sérgio Guimarães, que concede o Título de Cidadão Catarinense ao Jornalista e Advogado Nader Khalil.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0548/2026, de autoria do Deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública estadual a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BALNEÁRIO RINCÃO - APAE DE BALNEÁRIO RINCÃO, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0218/2026, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando ao Secretário de Estado da Segurança Pública informações acerca dos furtos, roubos e homicídios registrados na área de abrangência do 9º Batalhão de Polícia Militar.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0284/2026, de autoria do Deputado Carlos Humberto, manifestando aos Policiais Militares Cabo Cleberson da Costa e Soldado Thayse Caroline da Silva, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 16h09, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. (Ata sem revisão dos oradores)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]